

Os valores culturais integrando forma e sentido nas relações enunciativas criança-outro no ato de aquisição da linguagem
Cultural values integrating form and meaning in the enunciative relations between child-other in the act of language acquisition

Isadora Laguna Soares*

RESUMO: Partindo do diálogo entre o campo dos estudos enunciativos de Émile Benveniste e o da aquisição de língua materna, especialmente pelos deslocamentos de Silva (2009a) – que concebe a aquisição como um ato enunciativo –, este artigo visa a pensar de que maneira a criança inscreve os valores culturais presentes nas formas atualizadas em seu discurso. Se a cultura está impressa na língua, conforme Benveniste, ela se manifesta no discurso em todas as unidades atualizadas no discurso – inclusive naquelas de níveis inferiores ao da frase, como os morfemas. Portanto, o que se busca neste estudo é verificar como a criança imprime em seu discurso a cultura compartilhada com o outro nessas unidades menores. Para isso, serão utilizados fatos de linguagem publicados por Silva (2009a), analisados a partir da perspectiva enunciativa de linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Aquisição da Linguagem. Enunciação. Cultura.

ABSTRACT: With the dialogue between the field of enunciative studies by Émile Benveniste and of the first language acquisition as a starting point, especially through the displacements by Silva (2009a) – who conceives acquisition as an enunciative act –, this article aims to think of how children inscribe the cultural values present in the forms actualized in their discourse. If culture is imprinted on the language, as Benveniste says, it manifests itself in the discourse in all units actualized in discourse – including in those levels below the sentence, such as morphemes. Therefore, this study seeks to verify how children imprint the culture that is shared with others in their discourse in these smaller units. In order to do that, we use linguistic facts published by Silva (2009a), analyzed from the enunciative perspective of language.

KEYWORDS: Language Acquisition. Enunciation. Culture.

1. Introdução

O campo de aquisição da linguagem, por qualquer perspectiva que se aborde, é fascinante. Em poucos anos, e em muitos ensaios, a criança não só apreende um sistema linguístico, como apreende um aparato de regras e de costumes que permeiam o seu universo social – tanto numa esfera pequena, em sua família; quanto numa esfera mais abrangente, na interação com amigos que vier a fazer.

* Licenciada em Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Italiana e Literatura de Língua Italiana pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS em Análises Discursivas, Textuais e Enunciativas. Possui interesse especial nos campos de Linguística Enunciativa, Aquisição da Linguagem e Leitura e Escrita. E-mail: isadora_ls@hotmail.com

Em geral, quando se fala de estudos em aquisição da linguagem, lembramos de pesquisas relacionadas ao fônico e à formação de palavras, que é, digamos, o mais *perceptível* na aquisição da linguagem. No entanto, apesar de esses estudos serem deveras importantes para o campo de pesquisa – principalmente por atentar aos possíveis distúrbios de linguagem –, nosso interesse se volta à constituição da criança como sujeito de seu próprio discurso, ou seja, como produtora de sentidos no seu próprio dizer. Entendemos, portanto, que o mistério que permeia a origem da linguagem da criança não nos impede de atentar ao que ela produz nesse percurso, às suas enunciações ricas de tentativas e acertos de se instaurar como indivíduo numa sociedade. Nos sentidos, inscritos no discurso, impregnam-se os valores culturais de uma dada cultura. Por isso, nossa preocupação se volta a verificar os aspectos culturais que permeiam a enunciação da criança, uma vez que, segundo Benveniste (1968/2006¹), a criança não nasce na natureza, mas na cultura, e apreende, com a língua, os valores que permeiam a sociedade em que se insere.

Em razão desse interesse em pensar os aspectos culturais na enunciação da criança, chamou nossa atenção o uso recorrente, em muitos dados de aquisição, das formas no diminutivo; neste artigo, então, trazemos uma reflexão sobre o modo como a criança articula tanto a forma quanto o sentido do sufixo *-inha* em seu discurso, problematizando o papel que os elementos culturais carregam no discurso da criança e do outro no ato de aquisição da linguagem. Para tanto, partimos dos conceitos de forma e sentido, apresentados por Benveniste, nos dois domínios da língua: no semiótico e no semântico, entendendo que esses dois modos de ser língua são “modalidades fundamentais da função linguística, aquela de significar para a semiótica, aquela de comunicar para a semântica” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 229). A fim de pensarmos sobre a aquisição da linguagem, partiremos do deslocamento proposto por Silva (2009a), que concebe a aquisição da linguagem como um *ato enunciativo*, entendendo que é na relação com o outro que a criança se instaura na língua e se propõe como sujeito de seu discurso.

A partir dessas reflexões teóricas, exploraremos dois *atos* linguísticos a serem analisados por uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem a fim refletir sobre os valores culturais que interpelam o uso do morfema *-inha* na situação comunicativa criança-outro. Com isso, esperamos contribuir aos estudos de aquisição da linguagem, principalmente na

¹ As datas dos artigos entre parênteses referem-se, respectivamente, ao ano da primeira publicação do artigo em francês e ao ano da publicação em português utilizada neste texto.

perspectiva enunciativa, verificando o modo como os valores da cultura de uma sociedade são repassados às crianças por meio da linguagem, instigando também novas reflexões.

Para cumprirmos o objetivo deste estudo, o artigo estrutura-se da seguinte maneira: em uma primeira parte, tratamos das bases teóricas do estudo (item 2) para, na segunda (item 3) e terceira partes (item 4), traçarmos a metodologia e análise, respectivamente.

2. Pressupostos teóricos: forma e sentido na enunciação e na aquisição

2.1 Linguagem, língua e enunciação

Para falarmos sobre a linguagem da criança na perspectiva enunciativa, é importante apontarmos algumas considerações de Émile Benveniste a respeito de termos centrais que fazem parte deste trabalho: linguagem, língua e enunciação.

Segundo Benveniste (1963/2005, p. 27), “a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*”, base da significação, que é a propriedade de dar sentido de uma língua por ser usada para “dizer alguma coisa”. Esse sistema simbólico realiza-se por uma língua, porém esta é inseparável da sociedade, o que permite dizer que “é dentro da, e pela, língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente” (BENVENISTE, op. cit.); desse modo, os valores culturais e a consciência do meio social são intermediados pela linguagem e é por meio dela que a língua se constitui como unidades em relação distribuídas e integradas em níveis pela forma e pelo sentido. Então, para se enunciar ao outro, cada locutor apropria-se dessa língua organizada em unidades e articulada em níveis. Por isso, a *enunciação*, ao comportar o simbolismo linguístico da linguagem, fundamenta a possibilidade de cada locutor propor-se como sujeito e implicar o outro.

A linguagem, portanto, é uma faculdade exclusiva do homem, é a capacidade simbólica que relaciona o homem e o mundo, ou seja, é por seu intermédio que estabelecemos a sociedade. A criança nasce na sociedade dos homens, em uma sociedade específica, que possui uma língua específica. Ao mesmo tempo em que apreende sua língua, está sendo introduzida pouco a pouco na sociedade, apreendendo no seu meio social a cultura inerente a ele. Para Benveniste, “a cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações organizadas por um código de relações e valores” (op. cit., p. 32) referentes ao *meio humano*; esses valores, por sua vez, são impressos na língua, sendo assim, “toda criança aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura” (BENVENISTE, 1968/2006, p. 22). Se consideramos, portanto,

que a língua é a manifestação da linguagem, podemos dizer que é por meio da linguagem que a cultura da sociedade é assimilada pelo indivíduo e que comparece cada vez que é convertida em discurso por meio da enunciação. O funcionamento simbólico realiza-se na propriedade de significação de cada língua, que se atualiza na articulação entre forma e sentido, questão de que trataremos a seguir.

2.2 Forma e sentido na linguagem

Se uma língua particular manifesta o simbolismo da linguagem, base da significação, torna-se importante pensarmos que a significação se realiza na língua pela articulação entre forma e sentido em seus dois domínios: no semiótico e no semântico.

Benveniste (1967/2006, p. 229) afirma que “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma”. Para o autor, essas *duas maneiras de ser língua* são duas modalidades fundamentais da função linguística: no domínio semiótico, que tem o signo como sua unidade, a de ser reconhecida; no domínio semântico, cuja unidade é a frase, a de ser compreendida. A fim de que possamos pensar a impressão da cultura no discurso da criança, buscaremos revisitar esta distinção com base, principalmente, nos textos *Os níveis de análise linguística*, para dar conta do domínio semiótico, e *A forma e o sentido na linguagem*, para dar conta do domínio semântico.

2.2.1 Forma e sentido no semiótico

A acepção semiótica da língua ocupa-se da língua enquanto relação de signos, o que se pode identificar no seu interior e no seu uso; por isso, Benveniste chama a este modo de ser língua, em *Os níveis de análise linguística* (1964/2005), de *domínio intralinguístico*. Neste domínio, uma forma para existir como signo tem como critério seu *reconhecimento* por aqueles que manuseiam a língua como um sistema orgânico de signos. A língua é considerada orgânica, pois não pode ser concebida como um bloco pronto, mas, pelo contrário, possui uma natureza articulada em que suas unidades segmentáveis formam um todo complexo por meio de relações integrativas.

Melhor exemplificando, para Benveniste (op. cit., p. 128), a análise linguística consiste em dois processos: o de *segmentação* e o de *substituição*; assim “seja qual for a extensão do texto considerado, é preciso, em primeiro lugar, segmentá-lo em porções cada vez mais reduzidas até os elementos não decomponíveis. Paralelamente, identificam-se esses elementos

por meio das substituições que admitem”. Importa-se ressaltar que esses dois processos não têm o mesmo alcance; os elementos segmentáveis e substituíveis mínimos são os fonemas (nível *fonemático*), pois são compostos por traços distintivos (nível *merismático*) que não são segmentáveis, mas que são substituíveis. Essa definição, todavia, é apenas considerando uma relação empírica, e por isso o autor se pergunta “qual é, porém, a condição *linguística* dessa relação?” (op. cit., p. 129, grifo no original).

Para Benveniste, essa condição visa ao nível superior; em vista disso, é preciso “operar sobre porções mais longas de textos e procurar o modo de realizar as operações de segmentação e de substituição quando não mais se trate de obter as menores unidades possíveis, mas unidades mais extensas” (op. cit.). Deste modo, em um enunciado, escolhemos unidades que nos permitem delimitar uma unidade superior. Isto é, segundo Benveniste (op. cit., p. 130), o *sentido* é “a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter um *status* linguístico”, logo, é por meio do *sentido* que uma unidade pode, ou não, integrar um nível superior.

No nível fonemático, por exemplo, um fonema, enquanto *forma*, obtida por dissociação nesse nível, só terá *status* linguístico de fonema se tiver *sentido* ao integrar um nível superior. Por isso Benveniste afirma que “uma unidade linguística só será recebida como tal se se puder identificar *em* uma unidade mais alta” (op. cit., p. 131). A partir disso, é possível compreender que a *forma* no domínio semiótico está relacionada à dissociação de suas unidades em um mesmo nível, enquanto o *sentido* está relacionado à sua capacidade de integrar um nível superior.

Os fonemas podem integrar o nível superior dos morfemas, os quais também são unidades semióticas que adquirem sentido ao integrarem um nível superior: o do *signo livre*. Aqui se dá a delimitação de nosso trabalho: o que nos interessa é pensar a noção dos sufixos como elementos de um nível que integram outro superior para constituir sentido na palavra em emprego, carregando nesse sentido os valores culturais impressos no semiótico da língua. Se tomarmos sufixo *-inho*, em *livrinho*, como exemplo, somente poderemos definir seu sentido e os valores culturais que estão ali implicados a partir de seu emprego: se se trata de um livro pequeno ou ainda de um livro que não tem importância, só se pode perceber no nível da *frase*.

Considerando que o signo se limita ao domínio semiótico da *significação*, ele também se apresenta na língua em uso: na *frase/discurso*. Para Benveniste, signo e frase são dois

mundos distintos; a *frase/discurso* faz parte do mundo semântico, é a expressão semântica por excelência, que abordaremos a seguir.

2.2.2 Forma e sentido no semântico

Além do domínio semiótico, Benveniste considera o domínio semântico que, segundo o autor, tem como critério para existência das formas a compreensão em sua atualização de frases/discursos. É no semântico que a *frase* se apresenta como expressão que organiza a vida do homem e da sociedade, pois é por meio dela que nos comunicamos e interagimos no mundo. No semiótico, um signo adquire valor por integrar um nível superior, mas o mesmo não acontece no domínio semântico, pois a frase, pertencendo ao discurso, não constitui uma classe de unidades em relações de distinção: a frase não existe em número finito, não tem distribuição nem emprego; “é a própria vida da linguagem em ação” (BENVENISTE, 1964/2005, p. 139).

Enquanto a unidade semiótica é o signo, a unidade semântica é a *palavra* na *frase/discurso*. Eis, então, uma questão importante para a compreensão do sentido no domínio semântico: enquanto o sentido da palavra é seu emprego no discurso, o sentido da frase é seu sentido global, e não a soma do sentido de cada palavra que a compõe. Por isso, Benveniste afirma que “o sentido da frase é de fato a *ideia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento das palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 230, grifo no original). Assim, a forma no semântico é o agenciamento de palavras; o sentido, sua ideia global.

Como estamos pensando neste trabalho na presença de valores culturais nas unidades morfológicas, é importante ressaltar novamente que, enquanto unidade semiótica, um morfema só adquire sentido porque integra um nível superior, o dos signos livres, porém sua compreensão, enquanto *palavra*, só é assegurada na situação discursiva ainda que seja materialmente semiótica. Isso porque, embora possa ser compreendida individualmente, cada frase é um acontecimento único, o que nos leva a concluir que, a cada circunstância, é possível que a frase adquira outro sentido em razão de seu agenciamento. A forma e o sentido em cada um dos domínios, portanto, são relações interdependentes, e é nessa relação que a língua-discurso se constrói e nos permite retornar a um ponto primordial da linguística enunciativa e para o estudo de aquisição da linguagem da criança: *antes de qualquer coisa, a linguagem significa* (BENVENISTE, op. cit., p. 222).

2.2.3 Forma e sentido na unidade morfológica –*inha*

Considerando a organicidade e a articulação em níveis da língua e tendo as relações de sentido como condições fundamentais ao *status* linguístico, deter-nos-emos por um instante a pensar no que os estudiosos de língua portuguesa desenvolveram a respeito dos morfemas² – objetos de análise deste trabalho.

Benveniste (1964/2005, p. 131) chama aos morfemas *formas conjuntas*; estas são signos que integram uma forma livre a qual, no discurso, adquire sentido, tornando-se *palavra*. A integração dessas formas ao nível da *frase/discurso* só é possível, uma vez que a língua se organiza de modo que permite a cada locutor apropriar-se desse sistema para se inserir como sujeito no discurso e, então, dar vida ao sistema semiótico. Os morfemas, portanto, assim como as palavras, possuem sentido, quando são atualizados pelo locutor no discurso, assegurando a comunicação intersubjetiva.

O morfema de que trataremos aqui – *inho, inha* – faz parte dos morfemas chamados por Mattoso (1970/1992) de *morfemas gramaticais derivacionais*, os quais, segundo Cunha e Cintra (2008, p. 198), são morfemas que modificam o sentido do radical, atribuindo a ele diferentes valores semânticos ligados à “língua afetiva”. Também nos chamou atenção a definição de Luiz Carlos de Assis Rocha (2008, p. 216), que trata esses sufixos de *sufixos avaliativos*. O que podemos depreender da reflexão de Cunha e Cintra, que vinculam os sentidos desses sufixos ao emprego e à relação entre interlocutores, e da classificação de Rocha (2008), de que o sentido desses sufixos somente será compreendido na situação discursiva, é que, seguindo a teorização enunciativa, é na língua em emprego que semiótico e semântico se articulam para constituir sentidos específicos, trazendo os rudimentos da cultura em que a criança está imersa.

Neste trabalho enfocaremos o uso do morfema –*inha*, que faz parte desta classificação, entendendo que a integração desta unidade no discurso produz sentidos diversos e que traz consigo valores culturais. O *inha*, portanto, tem sentido quando integra outra forma, constituindo a palavra, que produz sentido no discurso.

² Segundo Cunha e Cintra (2008), morfemas são unidades mínimas de som e conteúdo; para os autores, também é consenso entre os linguistas a classificação dos morfemas em *livres* e *presos*: *livres*, quando funcionam sozinhos enquanto vocábulos (exemplo: *rua*); e *presos*, quando não têm autonomia vocabular (exemplo: o sufixo plural, *ruas*). Além disso, os morfemas também podem se classificar em *lexicais* e *gramaticais*; os lexicais seriam aqueles morfemas que se referem aos fatos do mundo extralinguístico (cf. CUNHA; CINTRA, 2008, p. 90), enquanto os morfemas gramaticais se referem à natureza interna da língua, porque derivam de sua relação interna (como os artigos, preposições, conjunções, sufixos e prefixos).

2.3 Forma e sentido no ato de aquisição

Apesar de Benveniste não ser um estudioso de aquisição da linguagem, ao refletir sobre as relações entre linguagem, cultura e sociedade, encontramos alguns excertos sobre o tema; tais como a seguinte passagem:

A criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. São homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra. A aquisição da língua é uma experiência que vai a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto. Ela aprende as coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas. Mas descobre que ela própria tem um nome e que por meio dele se comunica com os que a cercam. Assim desperta nela a consciência do meio social onde está mergulhada e que moldará pouco a pouco o seu espírito por intermédio da linguagem. (BENVENISTE, 1963/2005, p. 31)

Para Benveniste, portanto, a criança nasce no mundo dos homens e, enquanto se insere nesse mundo, apreende seu sistema linguístico e seus valores, ou seja, ao apreender a língua de uma sociedade, a criança também apreende seus *rudimentos culturais* (BENVENISTE, op. cit.).

Com o fato de os estudos benvenistianos enfocarem a língua em ação a partir da constituição do locutor como sujeito e da intersubjetividade que se desdobra dessa constituição, uma vez que “eu não emprego um *eu* a não ser dirigindo-me a alguém que será na minha alocação um *tu*” (BENVENISTE, 1956/2005, p. 286), Silva (2009a) permitiu que lançássemos um olhar enunciativo para a aquisição da linguagem pela criança, entendendo que “a apropriação da linguagem pela criança ocorre, sobretudo, pela relação com o ‘outro’, lugar em que é constituída pela estrutura linguística e se constitui como sujeito” (SILVA, 2009b, p. 33).

Deslocando a noção de enunciação como ato individual de apropriação da língua, a Silva (2009) concebe a aquisição da linguagem como um ato através do qual cada criança se instaura de modo singular em sua língua materna. Esse ato, então, prevê locutor (*eu*), alocutário (*tu*) e referência (*ele*). Como constitutiva das relações enunciativas, está a instância de cultura, que Silva denomina *ELE*. Para tratar do ato de aquisição de linguagem, esses elementos embasaram a constituição de um dispositivo enunciativo definido como (*eu-tu/ele*) - *ELE* – em que *eu-tu* são as figuras intersubjetivas da enunciação; *ele*, as referências atualizadas no discurso pela língua; e *ELE*, o sistema cultural.

Com isso, a autora compreende o diálogo como a instância de discurso em que a criança se propõe como sujeito do seu discurso, ao instaurar o outro diante de si para constituir referências *para um mundo já construído* (SILVA, 2009b). É nesse espaço intersubjetivo que a

criança passa a adquirir sua língua materna, pois “se reconhece e se inclui no simbólico da língua, através do discurso do outro” (SILVA, 2009a, p. 183). *Através* do discurso do outro, pois a criança, nesse processo, ainda se ancora na fala do *outro*, num jogo de dependência para assumir seu lugar enunciativo, o que a autora chama *conjunção eu-tu*. Em oposição a esta dependência está a autonomia da criança, quando, na ausência do outro, instaura-se uma *disjunção eu/tu*. Ou seja: “É pela ausência do *tu*, como outro que fala à criança na eternidade do presente, que a criança pode experienciar, no espaço da ‘falta’, o prazer de estar presente falando” (SILVA, 2009a, p. 183, grifos no original).

É a atribuição de sentido pelo outro à fala da criança que a permite referir e co-referir no discurso. Nesse sentido, então, a entrada da criança na língua se dá pelo discurso, uma vez que, imersa em uma sociedade falante, depreende seu sistema e seu *semantismo social* (BENVENISTE, 1970, p. 100), ou seja, o compartilhamento da cultura dessa sociedade no fio discursivo.

A partir dessa incursão teórica, passamos a tratar dos fatos enunciativos que servirão de análise.

3. Metodologia: o tratamento dos fatos enunciativos de aquisição

Segundo Benveniste (1964/2005, p. 127), “quando estudamos com espírito científico um objeto como a linguagem, bem depressa se evidencia que todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada fato linguístico, e [...] ao que se deve admitir como *fato*, isto é, aos critérios que o definem como tal”. Quando pensamos em uma perspectiva enunciativa, temos a enunciação como uma realização singular, por isso a análise, um dado de fala, não é possível, pois o dado bruto não é recuperável, mas sim o recorte operado pelo analista enunciativo da comunicação intersubjetiva constituída via discursos transcritos da criança e do outro. Partindo desse pressuposto, consideramos que a análise neste trabalho é, portanto, constituída por *fatos enunciativos de linguagem*.

Desse modo, a partir de dois *fatos enunciativos*, coletados³ e transcritos por Silva (2009a), a análise que se seguirá neste trabalho tem por objetivo verificar a cultura que se insere

³ Os fatos enunciativos referem-se a duas meninas, Francisca e Franciele. O fato de Francisca foi coletado, longitudinalmente, dos onze meses aos três anos e quatro meses, e faz parte do *corpus* de análise de Silva (2009a); já o fato de Franciele foi relatado pela mãe.

na língua-discurso através de unidades morfológicas da língua portuguesa no ato de aquisição da linguagem.

Entendemos, conforme Flores (2013b, p. 1), que “a enunciação não é um nível da análise linguística tal como poderíamos considerar a fonologia, a morfologia, a sintaxe e o léxico”, mas que é *transversal* à língua e que, desse modo, atinge “todos os níveis da língua, colocando-os em inter-relação, ou não”. Por essa razão, o autor se permite pensar em uma *gramática enunciativa*, considerando, portanto, que uma descrição enunciativa, apesar de semântica, não se limita a este nível, pois o locutor relaciona-se com a língua a partir de determinadas formas linguísticas da enunciação (cf. FLORES, 2013b, p. 4).

Permitimo-nos, então, analisar enunciativamente o morfema *-inha* porque a entendemos em uma *transversalidade enunciativa* (op. cit., p. 5), a saber, não como uma forma isolada, mas como uma forma que se coloca, simultaneamente, no nível dos morfemas e no nível da enunciação. E é em razão também dessa *transversalidade enunciativa* que repetimos: o sentido de um sufixo só pode ser plenamente compreendido na situação discursiva. Além disso, também salientamos que não há, em linguística, conforme Benveniste (1967/2006), um ponto de vista comum sobre a relação entre forma e sentido na linguagem. Na verdade, muitas vezes os linguistas se ocupam apenas “do que pode ser apreendido, estudado, analisado por técnicas cada vez mais precisas e cada vez mais concretas” (BENVENISTE, op. cit., p. 221), deixando o sentido de lado, como *aparte* da linguística.

Desse modo, ressaltamos que nossa análise parte do ponto de vista do linguista enunciativo, que estuda a língua em emprego e ação, logo, na enunciação – que contempla transversalmente os níveis linguísticos, estabelecendo uma relação entre os métodos globais da acepção semântica e o método analítico de articulação semiótica. Isto porque, segundo Benveniste (op. cit., p. 233-234), os dois sistemas linguísticos (semiótico e semântico) se superpõem na língua tal como a utilizamos, pois, “na base, há o sistema semiótico, organização de signos” e sobre essa base “a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras”.

Para dar conta da nossa análise enunciativa da *língua-discurso*, o quadro que segue traz as convenções utilizadas nas transcrições, que são importantes para a análise e a leitura dos *fatos*.

Quadro 1 – Convenções utilizadas na transcrição dos fatos enunciativos.

Convenção	Descrição
Episódio	Locutor-criança seguido de sua idade no momento da fala (anos; meses; dias)
Participantes	Registro de quem está interagindo com a criança no momento
Situação	Breve comentário contextualizando a situação enunciativa
com	Comentários sobre a situação enunciativa
[=]	Eventos não-verbais e breves explicações
[!]	Tom de voz assertivo
Negrito	Trechos que serão referidos na análise

Fonte: elaborado pela autora.

4. Resultados

Considerando o deslocamento da perspectiva enunciativa de Benveniste à aquisição da linguagem da criança, realizado por Silva (2009a), por meio do dispositivo (*eu-tu/ele*)-ELE, que considera a função cultural como constitutiva da língua-discurso, revisitaremos dois fatos enunciativos de aquisição da linguagem originalmente coletados pela autora.

Fato enunciativo de aquisição da linguagem 1

Episódio: FRA (2;3;00)

Situação: FRA e CAR conversam sobre presentes de Natal

CAR: hum! O que qui o Papai Él troxi?

FRA: pesenti

CAR: presenti? O que qui ele troxi?

FRA: pesenti [= apontando para a porta]

CAR: ah aquilu ali o que qui ele troxi pra Queca?

FRA: troxi pesenti a mim

CAR: o que qui ele troxi pra ti?

FRA: pesenti

CAR: boneca?

FRA: é

CAR: **ropinha?**

FRA: é

CAR: que mais?

FRA: e [=pensando]

CAR: **mesinha com panelinha**

FRA: **elinha, mesinha**

Analisando o fato enunciativo 1, percebemos que o uso do morfema *-inha* se realiza no discurso através da tia, que o integra a outras formas – roupa, mesa e panela –, produzindo novos sentidos no discurso. Esse novo sentido se relaciona ao universo de criança e de menina de FRA, uma vez que integra formas que constituem referência no discurso a presentes que o

Papai Noel lhe teria trazido. Em função disso, a criança utiliza essas formas a partir da atualização no discurso de CAR, o que mostra que os discursos estão numa relação de dependência, em *conjunção*. Isso se percebe porque a criança não constitui sozinha nomeações específicas a seus presentes, então, ancora-se na atualização da tia para constituir as referências em seu discurso. Entretanto, essa *conjunção eu-tu* se relaciona de modo a dar à criança um lugar enunciativo. Dessa dependência, então, emerge a criança como sujeito na linguagem.

No momento em que CAR atualiza a forma *-inha* nos signos livres e convoca FRA a se enunciar, a criança se sente autorizada a também atualizá-la, ainda que por repetição. Desse modo, passa a utilizar seu aparato semiótico (*elinha*, como forma enunciativa para *panelinha*) para atualizar as formas sugeridas pela tia a fim de que também produzam sentido à sua interlocutora. É nesse movimento que a criança também insere a cultura em seu discurso, pois sua enunciação também reforça os valores culturais que permeiam a situação discursiva. O que se pode inferir é que, neste fato, as formas *-inha*, endereçadas pelo adulto à criança, evocam para essas interlocutoras específicas valores culturais que se incorporam na língua e fazem parte do universo de criança de FRA.

Assim, baseando-se na noção de Rocha (2008), que considera o morfema *-inha* como um *sufixo avaliativo*, apontando como uma das possibilidades de emprego dessa forma a indicação “carinho, amor, educação” (ROCHA, 2008, p. 217), ou seja, entendendo-a não apenas como uma relação de dimensão das formas atualizadas que remetem à situação de manipulação de brinquedos de FRA, podemos perceber uma relação de proximidade e de afetividade entre as interlocutoras. Desse modo, então, compreendemos que os valores que as formas *elinha*, *mesinha* carregam são impressos no discurso de FRA pelo movimento de *conjunção* dos discursos criança-outra, referindo-se ao semantismo social de criança, de menina e de proximidade entre as interlocutoras.

Fato enunciativo de aquisição da linguagem 2

Episódio: Franciele (1;8;10)

Situação: Franciele usava a expressão de xingamento “droga” sempre que algo não dava certo em suas brincadeiras, o que a mãe seguidamente a repreendia. Certo dia, a criança estava brincando com a mãe perto e algo deu errado em sua brincadeira.

FRA: dó ...

MÃE: Franciele [!]

com: a mãe repreende

FRA: **doguinha** [= droguinha]

Este fato enunciativo, já explorado não apenas por Silva (2009a), mas como por Flores (2013a) e por outros autores, será revisitado aqui a partir da intervenção de dois conceitos, trazidos por Benveniste em um artigo seu presente em *Problemas de linguística geral II*, que acreditamos serem muito pertinentes para esta análise, além de muito presentes na relação criança-outro: a *blasfemia* e a *eufemia*.

Segundo Benveniste, a *blasfemia* e a *eufemia* são vistas como “duas forças opostas cuja ação conjunta produz a *imprecação*” (BENVENISTE, 1969/2006, p. 259). Sobre a expressão blasfêmica, Benveniste afirma:

É preciso prestar atenção à natureza desta interdição que recai não sobre o “dizer alguma coisa”, que seria uma opinião, mas sobre o “pronunciar um nome”, que é pura articulação vocal. É propriamente o saber linguístico: certa palavra ou nome não deve passar pela boca. Ela é simplesmente suprimida do registro da língua, apagada do uso, não deve mais existir. (BENVENISTE, 1969/2006, p. 260, grifos nossos)

Entende-se, portanto, que a expressão blasfêmica se manifesta em uma exclamação, utiliza formas significantes e emerge em circunstâncias específicas de expressão emocional, pois “se ‘deixa escapar’ sob a pressão de um sentimento” (op. cit., p. 261). Para Benveniste, a imprecação não tem a intenção de suscitar resposta, logo se desconsidera inclusive a presença do interlocutor. Nessa acepção, “droga” é tida pela mãe de FRA como uma expressão blasfêmica que “não deve passar pela boca”, mas tal é seu sentido blasfêmico que FRA a emprega em todo seu conceito de imprecação: é uma palavra que se deixa escapar, que exprime intensidade em relação a uma circunstância e que não abre diálogo. A palavra *dóga*, então, cumpre seu papel imprecativo no dizer da criança.

Entretanto, sendo a *blasfemia* e a *eufemia* forças opostas, a imprecação suscita imediatamente uma censura, e eis que Benveniste postula: “a *blasfemia* suscita uma *eufemia*” (op. cit., p. 262). Nesse sentido, a *eufemia* é o ato de refrear a *blasfemia*, de desarmá-la. Assim, essa reformulação mascara a *blasfemia*, mas não a anula, fazendo “alusão a uma profanação de linguagem sem realizá-la” (op. cit.).

No fato enunciativo 2, a censura da imprecação se dá pela repreensão da mãe ao chamar a atenção da criança (Franciele [!]); compreendendo o ato da mãe, FRA desarma a sua *blasfemia* por meio da atualização do morfema *-inha* como integrante à forma *dóga*, demonstrando autonomia em seu discurso, independendo da mãe para a atualização de suas formas, demonstrando estar em um movimento de *disjunção*. Para FRA, se “*dóga*” é um tabu, e *-inha*

é o morfema que, atualizado em determinadas formas, carrega valores culturais que as atenuam ou minimizam, “doguinha” atende às exigências de atenuar a forma blasfêmica, ainda demonstrando sua insatisfação.

Portanto, relacionando os fatos 1 e 2, percebemos que o morfema *-inha* integrando o discurso das duas crianças carrega valores culturais que conversam em certo ponto. Em 1, o uso do morfema evoca valores do universo infantil e afetuoso que permeiam a situação discursiva; em 2, evoca os valores culturais que disfarçam uma forma que *não deve passar pela boca* naquele ambiente familiar. Por mais que estejamos analisando enunciações de duas informantes, podemos depreender que os valores culturais presentes nesta unidade morfológica também são apreendidos pela criança num movimento de conjunção e disjunção discursiva: ancorando-se na linguagem do outro, a criança assimila os valores que permeiam as relações de forma e sentido e os valores culturais do discurso e da sociedade. Deste modo, ao deparar-se com a disjunção dos discursos e com seu lugar de *eu* na enunciação, a criança pode, enfim, dar vida, na língua em ação, aos rudimentos da cultura na qual está inserida.

5. Considerações finais

Com base nos estudos realizados por Silva (2009a) e em reflexões decorrentes, foi-nos possível concluir que a enunciação carrega valores culturais que possibilitam à criança apropriar-se da língua e da sociedade que a rodeiam. Com isso, neste trabalho, buscamos demonstrar que esses valores culturais estão presentes não apenas no discurso como um todo, mas também em elementos no uso da língua inferiores ao nível da frase. No entanto, as reflexões de Benveniste nos trouxeram à luz que, embora as unidades menores da língua também possuam forma e sentido, esse sentido, que carrega valores culturais, só é compreendido na situação discursiva.

Se compreendemos que o que a criança aprende “não é o exercício de uma faculdade ‘natural’, é o mundo do homem” (BENVENISTE, 1968/2006, p. 20) e se é por estar na linguagem que a criança se apropria da língua e de seus valores culturais, ela apreende também os valores que cada unidade da língua pode carregar na situação discursiva por meio da relação com o outro, via enunciação. Nesse sentido, portanto, reiteramos que o semantismo social e a produção de sentidos pelo outro às formas atualizadas no discurso da criança são elementos essenciais na apropriação do universo da linguagem pela criança que a insere como indivíduo na sociedade em que vive. Assim, cumpre também refletirmos sobre os valores que

transmitimos por meio de nossos discursos – o que reiteramos como apropriados ou não, como afetuosos ou hostis –, pois, nos movimentos de *conjunção-disjunção*, as formas podem não apenas ser repetidas pelas crianças, como certamente carregarão os valores que as permeiam na situação discursiva.

Referências Bibliográficas

BENVENISTE, E. A blasfemia e a eufemia. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 259-262.

_____. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 220-242.

_____. A natureza dos pronomes. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005, p. 277-293.

_____. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 93-104.

_____. Estruturalismo e linguística. In: _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 11-28.

_____. Os níveis de análise linguística. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005. p. 127-140.

_____. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2005. p. 19-33.

CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1992. 124 p.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. 762 p.

FLORES, V. N. Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, 2013a. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502013000100005>

_____. O que seria uma gramática da enunciação? A proposta de uma análise transversal. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 29, n. 1, 2013b. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25925/14255>. Acesso em 23 fevereiro 2017.

ROCHA, L. C. de A. **Estruturas morfológicas do português**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008. 240 p.

SILVA, C. L. da C. **A criança na linguagem: enunciação e aquisição**. São Paulo: Pontes, 2009a. 297 p.

_____. A criança na estrutura enunciativa. **Organon**, Porto Alegre, v. 23, n. 46, p. 27-45. jan-jun, 2009b.

Artigo recebido em: 13.01.2017

Artigo aprovado em: 24.04.2017